

**Reflexões sobre a formação do nutricionista no Brasil e a relação com a docência
nos cursos de graduação em Nutrição**

Luiza Pompeu Prado Moreira Moreau
Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil
Endereço eletrônico: luiza.ppm@gmail.com

Luciana Cristina Salvatti Coutinho
Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil
Endereço eletrônico: lucscoutinho@ufscar.br

2043

Palavras-chave: Reflexão. Brasil. Docência. Graduação em Nutrição

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a formação do nutricionista e a relação com a docência, tendo em vista que segundo a Lei nº 8234 de 17 de setembro de 1991, que regulamenta a profissão de nutricionista no Brasil, são atividades privativas do nutricionista, entre outras: a direção, coordenação e supervisão de cursos de graduação em nutrição; o ensino das matérias profissionais dos cursos de graduação em nutrição; e o ensino das disciplinas de nutrição e alimentação nos cursos de graduação da área de saúde e outras afins. São poucos os estudos que investigam a formação docente em nutrição, isso pode estar relacionado ao fato de que não há na área da saúde como um todo a exigência de formação pedagógica para os profissionais que atuam na docência. É notável uma desvalorização da prática docente frente a área de pesquisa nas universidades, em especial nas públicas. Dessa forma, para profissionais da área da saúde à docência é, muitas vezes, considerada uma atividade secundária à profissão de base.

Tendo essas reflexões como ponto de partida, esse trabalho procura apresentar a gênese e o desenvolvimento da formação das(os) nutricionistas no Brasil relacionando-a com a docência em nutrição.

Realização:



Apoio:



METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da análise sobre a formação das(os) nutricionistas no Brasil temos como fundamento a concepção de mundo e educação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Essa é uma pedagogia crítica, contra-hegemônica, radicalmente histórica, que tem como fundamento o materialismo histórico-dialético e objetiva fomentar a transformação radical da sociedade.

Utilizamos pesquisa bibliográfica e análise documental com enfoque qualitativo, dando ênfase à análise histórica e reflexão crítica dos elementos presentes no contexto analisado. A busca, seleção e interpretação das fontes primárias e secundárias necessárias para o desenvolvimento da pesquisa foram guiadas pelo objeto de estudo, a formação das(os) nutricionistas no Brasil.

2044

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Nutrição emerge no mundo como ciência, política e profissão no início do século XX. Seu desenvolvimento está relacionado à expansão industrial e ao período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (Vasconcelos, 2001; 2002). No Brasil, a Nutrição desenvolve-se a partir da década de 1930 e 1940 integrando o projeto de modernização e industrialização nacional conduzido pelo governo do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Os primeiros cursos de nutrição foram idealizados por médicos nutrólogos, sendo o primeiro em 1939 no Instituto de Higiene de São Paulo e posteriormente outros cursos foram criados, inclusive vinculados ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Nesse período o profissional de nutrição está atrelado ao setor saúde e, também, à administração de serviços de alimentação coletiva, em especial do trabalhador (caso do SAPS), tendo, portanto, como objeto de trabalho a alimentação humana individual e coletiva (Vasconcelos, 2002).

Apenas nos anos 1960 os cursos de nutrição foram reconhecidos como cursos de nível superior. Segundo Costa (1999), nesse período havia uma grande diversidade de estrutura nos currículos adotados pelos diferentes cursos de nutrição. Em 1964 foi estabelecido o primeiro currículo mínimo e a duração do curso foi fixada em 3 anos. Ao final da década de 1970

Realização:



Apoio:



existiam sete cursos de nutrição no Brasil (Vasconcelos, 2002).

Nesse momento, em meio ao período da ditadura militar no Brasil, a educação era entendida como fundamental para a concretização dos objetivos governamentais. Era o instrumento para a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, assumindo a visão capitalista do conceito. (Martins *et al.*, 2020). Em 1976, ocorreu a consolidação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), que tinha como lema “Nutrição e Desenvolvimento” e se organizava a partir de um paradigma “técnico”, supostamente neutro (Moreau, 2021).

O PRONAN tinha como uma de suas diretrizes estimular a formação e capacitação de profissionais da área de nutrição, e, assim, ocorreu uma rápida expansão no número de cursos de nutrição e o início dos cursos privados. Nas décadas seguintes permaneceu o processo de expansão dos cursos de nutrição, majoritariamente em instituições particulares e com os currículos voltados a adequar a formação da(o) nutricionista às demandas do mercado de trabalho.

Em 1996, foi promulgado o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que regulamentou dispositivos da nova LDB referentes ao ensino superior. A LDB estimulou a criação de novos cursos e indicava a substituição dos currículos mínimos pela adoção de diretrizes curriculares para cada curso, sendo esses currículos baseados em competências. Em 2001, após realização de audiência pública e discussão de diversas entidades representativas da nutrição e as instituições de ensino, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de nutrição publicadas na resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001 em substituição ao antigo currículo mínimo.). Agravando ainda mais a acelerada expansão do número de cursos de nutrição, temos a adoção da Educação à Distância (EaD) no Ensino Superior nos cursos de nutrição em 2014. Os mais recentes dados da publicação de Neves (2019) apontam a existência de 1803 cursos de graduação em nutrição, sendo 60,7% desses a distância.

No que se refere ao perfil do egresso do curso de graduação em Nutrição, as DCNs apontam apenas de maneira pontual a possibilidade da licenciatura, sendo que em seguida no artigo 13 destaca que a licenciatura é facultativa. Aqui importa ressaltar que, de modo geral, a educação em saúde e nutrição historicamente é marcada pelo discurso biologicista, individualista, focado na doença. É direcionada à especialização, com conteúdos fragmentados em uma separação entre ciclo básico e profissional, tendo o foco na assistência

Realização:



Apoio:



em saúde centrada no hospital (Meireles; Borges; Almeida, 2014; Soares; Aguiar, 2010).

As DCNs também especificam as habilidades e competências que a formação deve fornecer aos(às) estudantes, mas verifica-se que em nenhum momento é apontada a formação docente. Ao mesmo tempo a formação dá ênfase à naturalização do sistema capitalista e das pedagogias alinhadas a ele, ao tratar da formação para o empreendedorismo, do emprego, do aprender a aprender. Ao citar a capacidade de pensar criticamente, conceito em disputa e com diferentes definições, o texto não esclarece qual a concepção empregada, o que também colabora para a naturalização da visão de mundo hegemônica.

2046

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos ao longo do texto a gênese e o desenvolvimento da profissão e formação da(o) nutricionista. Pudemos verificar as discussões relativas à instituição da profissão, seus diferentes contextos, currículos, diretrizes e o grande aumento no número de cursos no decorrer das últimas décadas. Uma lacuna percebida ao longo de nossa pesquisa buscando compreender a formação do nutricionista, foi a discussão relativa à docência.

A docência na área de nutrição ainda enfrenta desafios adicionais, como a resistência à valorização dos aspectos pedagógicos, que muitas vezes são relegados a um segundo plano em comparação com a pesquisa. A falta de estímulos e critérios de progressão baseados mais na produção científica do que no exercício da docência representa um obstáculo à melhoria constante na formação dos futuros nutricionistas (Costa, 1999, 2009).

Diante do cenário apresentado, torna-se crucial repensar o currículo dos cursos de nutrição, considerando não apenas a transmissão de conhecimento técnico, mas também priorizando a formação crítica e socialmente comprometida das(os) nutricionistas. Nesse contexto, é essencial promover o debate sobre a importância de valorizar a docência, buscando mudanças nas políticas educacionais e reconhecendo o papel fundamental dos professores na formação de profissionais de nutrição como capazes de enfrentar os desafios impostos pela prática social.

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Resolução CNE/CES no 5, de 7 de novembro de 2001. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.

COSTA, N. M. DA S. C. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 12, n. 1, p. 5–19, jan. 1999.

COSTA, N. M. DA S. C. Formação pedagógica de professores de nutrição: uma omissão consentida? **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 1, p. 97–104, jan. 2009.

MARTINS, M. F. *et al.* Currículo e trabalho: concepções de professores de filosofia e sociologia de Sorocaba/SP. **Laplage em Revista**, v. 6, p. 161-173, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7898317>

MEIRELES, B. R.; BORGES, K. P.; ALMEIDA, M. M. DE. Por uma contra hegemonia na educação em saúde. **Ideação**, v. 16, p. 10–27, 2014.

MOREAU, L. P. P. M. Educação alimentar e nutricional: uma análise histórico-crítica da relação educação, alimentação e nutrição. **Dissertação** - Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos, 5 nov. 2021.

NEVES, J. DAS. *et al.* Eighty years of undergraduate education in nutrition in Brazil: An analysis of the 2009-2018 period. **Revista de Nutrição**, v. 32, p. e180158, 2019.

SOARES, N. T.; AGUIAR, A. C. DE. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 5, p. 895–905, set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732010000500019>.

Acesso em: 02 dez. 2023.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. 'Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves'. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. VIII (2): 315-39, jul.-ago. 2001.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, v. 15, n. 2, p. 127–138, maio, 2002.

Realização:



Apoio:

